



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA  
ESPECIALIZAÇÃO *LATO-SENSU* EM GESTÃO EDUCACIONAL**

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA  
E FORMAÇÃO CONTINUADA:  
RELAÇÕES NECESSÁRIAS**

**MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO**

**Noeli Rigo Sabadin**

**Constantina, RS, Brasil  
2009**

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA E FORMAÇÃO CONTINUADA:  
RELAÇÕES NECESSÁRIAS**

**por**

**Noeli Rigo Sabadin**

Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação a Distância  
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional, da Universidade  
Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para  
obtenção do título de  
**Especialista em Gestão Educacional**

**Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Andréa Tonini**

**Constantina, RS, Brasil**

**2009**

**Universidade Federal de Santa Maria  
Centro de Educação  
Curso de Pós-Graduação a Distância  
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,  
aprova a Monografia de Especialização

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA E FORMAÇÃO CONTINUADA:  
RELAÇÕES NECESSÁRIAS**

elaborada por  
**Noeli Rigo Sabadin**

como requisito parcial para obtenção do grau de  
**Especialista em Gestão Educacional**

**Comissão Examinadora:**

**Andréa Tonini, Ms.**  
(Presidente/Orientador)

**João Luis Pereira Ourique, Dr. (UFRGS)**

**Maria Alcione Munhóz, Ms. (UFSM)**

Constantina, 07 de agosto de 2009.

## RESUMO

Monografia de Especialização  
Curso de Pós-Graduação a Distância  
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional  
Universidade Federal de Santa Maria

### **EDUCAÇÃO INCLUSIVA E FORMAÇÃO CONTINUADA: RELAÇÕES NECESSÁRIAS**

AUTORA: NOELI RIGO SABADIN

ORIENTADORA: ANDRÉA TONINI

Data e Local da Defesa: Constantina/RS, 07 de agosto de 2009.

Diante da regulamentação de políticas públicas e da busca de uma educação de qualidade para todos, é fundamental tratar da temática da educação inclusiva. Com esta pesquisa procurou-se investigar quais os desafios enfrentados pelos professores e gestores de uma escola da rede municipal de Constantina/RS, diante desta proposta, bem como identificar o entendimento por parte desses profissionais sobre essa temática, buscando subsídios para estruturar a formação continuada. Optou-se pelo Estudo de Caso, pois permite um detalhamento mais específico dos elementos pesquisados. Foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com professores e gestores da escola em questão. De acordo com os resultados da pesquisa percebe-se que os entrevistados entendem os princípios básicos da educação inclusiva e sua importância. Dentre os principais desafios encontrados pode-se citar o despreparo desses profissionais para trabalhar com as diferenças. Diante disto, é fundamental a estruturação de formação continuada para que os professores e gestores possam expor suas dificuldades, refletir sobre suas práticas, adquirir mais conhecimentos e, assim, auxiliar no oferecimento de educação de qualidade para todos os alunos, valorizando as diferenças de cada um.

Palavras-chave: políticas públicas; educação inclusiva; formação continuada.

## **ABSTRACT**

Monografia de Especialização  
Curso de Pós-Graduação a Distância  
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional  
Universidade Federal de Santa Maria

### **EDUCAÇÃO INCLUSIVA E FORMAÇÃO CONTINUADA: RELAÇÕES NECESSÁRIAS**

INCLUSIVE EDUCATION AND CONTINUING EDUCATION:  
NECESSARY RELATIONS

AUTHOR: NOELI RIGO SABADIN

ADVISER: ANDRÉA TONINI

Data e Local da Defesa: Constantina/RS, 07 de agosto de 2009.

In front of the rules of public policy and the pursuit of quality education for all, It is fundamental issue of inclusive education. With this research looked to investigate which the challenges faced by teachers and school administrators of a municipal lace from Constantina/RS, in front of this proposal, and identify the understanding by these professionals on this topic, seeking grants for continuing education structure. We chose studies this subject, because it's possible study with more specific detailing of the elements investigated. It was studied performed semi-structured interviews with teachers and administrators of the school concerned. According to the search results we find that the respondents understand the basic principles of inclusive education and its importance. Among the main challenges can be found citing the lack of such professionals to work with differences. Facing this is the fundamental structure of continuing education so that teachers and administrators to explain their difficulties, reflect on their practice, acquire more knowledge and then help in the delivery of quality education for all students, enriching the differences in each one.

Key-words: public policy; inclusive education; continuing education.

## LISTA DE ANEXOS

ANEXO 1 – Entrevistas.....	36
ANEXO 2 – Consentimento Informado.....	37

## SUMÁRIO

<b>1 JUSTIFICATIVA</b> .....	07
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	09
<b>2.1 Aspectos históricos e Políticas Públicas</b> .....	09
<b>2.2 Educação Inclusiva</b> .....	13
<b>2.3 Formação Continuada</b> .....	19
<b>3 METODOLOGIA</b> .....	22
<b>4 RESULTADOS E DISCUSSÃO</b> .....	23
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	31
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	34
<b>ANEXOS</b> .....	36

## 1 JUSTIFICATIVA

Nos últimos anos tem sido bastante discutida a questão da educação e o oferecimento de educação de qualidade para todos. Tratar da temática 'educação para todos' pressupõe falar em educação inclusiva, a qual se fundamenta no direito de todos de participarem e aprenderem juntos, na igualdade de condições e no respeito às diferenças e necessidades de cada um.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 9394/96, deixa claro que todas as escolas deverão atender os alunos com necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino. Porém, esta preferência não garante que seja oferecido ao aluno uma educação de qualidade, visto que a comunidade escolar não se sente preparada para recebê-lo.

Tendo em vista que a educação inclusiva vem ganhando maior atenção e interesse nos tempos atuais (e pode-se perceber isso nos programas apresentados pelo governo), tem-se como objetivo geral investigar quais os desafios enfrentados pelos professores e gestores de uma escola da rede municipal de Constantina/RS, diante da proposta da educação inclusiva, com vistas à estruturação da formação continuada.

O município de Constantina mantém em sua rede de ensino seis escolas: quatro delas estão localizadas em comunidades do interior; uma está localizada num bairro que concentra um grande número de famílias de baixa renda; e outra, a maior delas, no centro da cidade. As escolas oferecem desde a educação infantil até a 8ª série. Duas delas também oferecem EJA – Educação de Jovens e Adultos.

Em 2001, após encontros, estudos e discussões, o sistema de educação municipal foi reestruturado. Desde então, as escolas do município se incluem no Paradigma da Escola Cidadã, a qual tem como alguns de seus princípios orientadores: o desenvolvimento das potencialidades humanas, o respeito à diversidade, a democracia, o diálogo, a inclusão.

Nos Projetos Políticos Pedagógicos das escolas municipais está prevista a formação continuada dos professores. Essa formação é oferecida através de reuniões, seminários, encontros.

Há seis anos as escolas do município contam com sala de recursos, onde são atendidos alunos do ensino regular, que apresentam necessidades educacionais especiais. Essas necessidades educacionais especiais, em sua maioria, estavam relacionadas a dificuldades acentuadas de aprendizagem não vinculadas a uma causa orgânica específica.

De acordo com as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (2001, p. 44), "todo e qualquer aluno pode apresentar, ao longo de sua aprendizagem, alguma necessidade educacional especial, temporária ou permanente,..."

Em 2008 a escola recebeu alunos vindos da escola especial do município, portanto, alunos com deficiência. Os professores logo disseram: - O que vamos fazer com estes alunos? Não estamos preparados!

A partir dessa realidade surgiram as seguintes questões: Os professores estão preparados para a educação inclusiva? Como os professores e gestores percebem essa proposta? A formação continuada pode auxiliar nessa preparação? De que forma? Como deve ser uma escola inclusiva? O que fazer para promover realmente uma educação inclusiva?

Os objetivos específicos que nortearam esta pesquisa foram identificar o entendimento por parte de professores e gestores sobre a temática da educação inclusiva e buscar subsídios para orientar professores e gestores numa perspectiva de educação continuada.

A ligação de tal proposta com o esforço da política educacional atual para promover a educação de qualidade para todos é direta e ampla, uma vez que os professores necessitam estar qualificados para que possam atender seus alunos de forma efetiva e estes possam se sentir acolhidos, respeitados e fazendo parte de todo o processo educacional.

Diante das mudanças ocorridas na área educacional e frente à política da educação inclusiva, é fundamental que os sistemas de ensino invistam em qualificação profissional buscando garantir acesso, permanência e educação de qualidade para todos, respeitando e valorizando as diferenças e necessidades de cada um, inclusive dos professores, sujeitos tão importantes quanto os alunos neste processo.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 Aspectos Históricos e Políticas Públicas

Durante muito tempo o diferente foi colocado à margem da Educação e da sociedade. Até o século XX as pessoas com deficiência eram excluídas, ignoradas, abandonadas, encarceradas e até exterminadas. Tem-se um exemplo claro desta exclusão no filme “O corcunda de Notre Dame”, onde um corcunda, por ser diferente, vive escondido, isolado na torre de uma igreja. Este filme, produzido pelos estúdios Disney, em 1996, é considerado um clássico e está baseado no livro Notre-Dame de Paris, escrito pelo francês Victor Hugo e publicado em 1831.

A partir do século XX, com a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), as pessoas com deficiência passam a ser vistas como cidadãos com direitos e deveres.

Na década de 60, no norte da Europa, surgem movimentos em favor da integração desses cidadãos. Para Sasaki (1997, p. 43), “integração é a inserção da pessoa deficiente preparada para conviver na sociedade”.

De acordo com Voivodic (2004), na Europa e Estados Unidos surgem movimentos e organizações de pais de crianças com deficiência que buscavam educação comum para seus filhos.

Na Suécia, a partir de 1968, crianças deficientes passam a freqüentar classes regulares.

Nos Estados Unidos, na década de 70, as pessoas com deficiência passam a frequentar classes regulares e participar de programas educacionais e serviços complementares.

Segundo Tessaro (2005), na Itália, em 1977, uma lei estabeleceu que todas as crianças deveriam estar inseridas na escola regular. Esta lei determinava, inclusive, o fechamento das escolas e classes especiais.

No México, em 1979, foi documentada a primeira escola que atendia a todos.

Na década de 80 surge a idéia de unir os dois sistemas de educação, especial e regular.

Em 1990, em Jomtien, foi realizada a Conferência Mundial sobre Educação para Todos. Este foi um movimento importante que colocou a educação no centro da discussão mundial. Foram realizadas reuniões, pesquisas, estudos, avaliações e definidas estratégias, metas e pré-requisitos. O principal objetivo adotado pelos 155 países participantes da conferência foi o oferecimento de educação para todos até o ano 2000.

Em junho de 1994, em Salamanca, na Espanha, é realizada a “Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade”. Esta conferência proporcionou oportunidade de colocar a educação especial dentro da estrutura de “educação para todos”, firmada em Jomtien. Mais de trezentos participantes, representantes de noventa e dois governos e de vinte e cinco organizações internacionais aprovaram a Declaração de Salamanca. Este documento apresenta aspectos importantes relacionados aos princípios da educação inclusiva, sendo (1997, p. 10),

As pessoas com necessidades educativas especiais devem ter acesso às escolas comuns que deverão integrá-las numa pedagogia centralizada na criança, capaz de atender a essas necessidades;  
As escolas comuns, com essa orientação integradora, representam o meio mais eficaz de combater atitudes discriminatórias, de criar comunidades acolhedoras, construir uma sociedade integradora e dar educação para todos...

Infelizmente, o Brasil não enviou representantes para participar deste importante encontro, mesmo sendo convidado.

Segundo Werneck (1997 apud TESSARO, 2005), na Declaração de Salamanca o termo inclusão foi oficializado na área educacional. Sasaki (1997, p. 43) define inclusão como “modificação da sociedade como pré-requisito para pessoas com necessidades especiais buscar seu desenvolvimento e exercer a cidadania”. Percebe-se que o conceito de inclusão remete a um ponto essencial: são as escolas, os sistemas de ensino e a sociedade que devem se modificar e construir condições para atender a todos os alunos.

De acordo com Mrech (1999 apud VOIVODIC, 2004, p. 21),

...a inclusão tem suas raízes em movimentos anteriores à própria década de 1960 e seus eixos básicos se formaram a partir de quatro vertentes: a emergência da psicanálise, a luta pelos direitos humanos, a pedagogia institucional e o movimento de desinstitucionalização manicomial.

No Brasil também surgem movimentos em favor das pessoas com deficiência. Ainda em 1854, no Rio de Janeiro, é criado o Instituto Benjamin Constant, que

atendia meninos cegos. Em 1857, também no Rio de Janeiro, é criado o Instituto Nacional da Educação dos Surdos – INES, na época denominado Instituto dos Surdos Mudos. Em 1924 é fundado o Instituto Pestalozzi, especializado no atendimento às pessoas com deficiência mental. Em São Paulo, em 1950, foi instalada a primeira sala de recursos, onde eram atendidos alunos cegos que freqüentavam classes comuns. Na sequência foram criadas outras salas de recursos e classes especiais para alunos com deficiência mental. Em 1954, no Rio de Janeiro, é criada a primeira APAE.

Em relação às leis, estas são criadas pensando nas pessoas com deficiência e na sua educação:

A LDB 4.024/61 estabelece que “a educação dos excepcionais deve, no que for possível, enquadrar-se no sistema geral de educação, a fim de integrá-los na comunidade” (Art. 88).

A Lei 5.692/71, em seu Art. 9, aponta que

Os alunos que apresentem deficiências físicas ou mentais, os que se encontrem em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados deverão receber tratamento especial, de acordo com as normas fixadas pelos competentes Conselhos de Educação.

Em 1986 foi criada a CORDE – Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, o que ajudou a expandir a discussão sobre inclusão no país.

A Constituição Brasileira (1988) estabelece igualdade de condições de acesso e permanência na escola e “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino” (Art. 208).

A Lei Federal 7853/89, em seu Art. 8, constitui crime “recusar, suspender, procrastinar, cancelar ou fazer cessar, sem justa causa, a inscrição de um aluno em estabelecimento de ensino de qualquer curso ou grau, público ou privado, por motivos derivados da deficiência que porta”.

O Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990, determina que “a criança e o adolescente portadores de deficiência receberão atendimento especializado” (Art. 11, § 1º).

A LDB 9394/96, define a Educação Especial como “modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais” (Art. 58). Prevê ainda que, a estes

educandos, os sistemas de ensino devem assegurar professores com especialização adequada, recursos, técnicas e conteúdos específicos, entre outros.

A Lei nº 10.098/00 institui normas e critérios para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência.

Em 2001 são instituídas as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, que trata sobre a organização dos sistemas de ensino para atender às necessidades educacionais especiais.

Também em 2001, é aprovado o Plano Nacional de Educação – PNE, que apresenta um diagnóstico sobre a educação brasileira e fixa diretrizes e metas a serem desenvolvidas até 2011. Entre os objetivos para a Educação Especial está

Assegurar a inclusão, no projeto pedagógico das unidades escolares, do atendimento às necessidades educacionais especiais de seus alunos, definindo os recursos disponíveis e oferecendo formação em serviço aos professores em exercício (nº 16).

A Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, trata sobre a Língua Brasileira de Sinais.

Podem ser citadas também Portarias, Resoluções e Decretos, como o nº 3.298/99, que trata sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência e o Decreto nº 6.571/08, que prescreve sobre o atendimento educacional especializado.

Percebe-se uma preocupação das autoridades brasileiras em relação à educação e, especificamente, em relação à educação inclusiva. Além de Leis, Decretos, Portarias e Resoluções, em 2003 é criado o “Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade”, que busca expandir a política da Educação Inclusiva pelo país, promovendo a formação continuada de gestores e educadores.

Em 2008, é publicada a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, resultado de estudos e discussões entre professores pesquisadores e equipe da Secretaria de Educação Especial/MEC. Este documento demonstra a necessidade de repensar a organização das escolas de ensino regular e da educação especial, uma vez que ainda entende-se a educação especial como atendimento que substitui o ensino comum.

Carvalho (2008) coloca que a elaboração de políticas educacionais é uma condição necessária para que a educação inclusiva aconteça, mas, só isso não é suficiente. De nada adianta existirem leis se elas não foram cumpridas.

Para Mendes (1999 apud VOIVODIC, 2004, p. 16)

As propostas não garantem competência à escola para ensinar alunos com necessidades educativas especiais. Elas até podem favorecer a inserção desses alunos nas classes regulares, mas não garantem que eles irão permanecer, ou que irão aprender o que lá será ensinado, e muito menos que terão equiparadas suas oportunidades de desenvolver todas suas potencialidades.

## 2.2 Educação Inclusiva

Ao longo da história da educação especial, os termos e conceitos foram sendo alterados. Neste trabalho, serão utilizados os conceitos:

**Pessoa com Deficiência:** "considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental ou sensorial que, em interações com diversas barreiras, podem ter restringida sua participação plena e efetiva na escola e na sociedade" (Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, MEC, 2008, p. 15).

**Necessidades Especiais:** "exigências de um indivíduo, em decorrência da falta ou privação das condições orgânicas ou psicológicas, estruturais ou funcionais que se manifestam no cotidiano" (CARVALHO, 1997, p. 105).

**Necessidades Educacionais Especiais:** Segundo as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (2001, p. 39)

Educandos que apresentam necessidades educacionais especiais são aqueles que, durante o processo educacional, demonstram:

- dificuldades acentuadas de aprendizagem ou limitações no processo de desenvolvimento que dificultem o acompanhamento das atividades curriculares, compreendidas em dois grupos: aquelas não vinculadas a uma causa orgânica específica e aquelas relacionadas a condições, disfunções, limitações ou deficiências;
- dificuldades de comunicação e sinalização...;
- altas habilidades/superdotação...

De acordo com a Declaração de Salamanca (1997, p. 18), "a expressão 'necessidades educativas especiais' refere-se a todas as crianças e jovens cujas necessidades decorrem de sua capacidade ou de suas dificuldades de aprendizagem".

"Assim, entende-se que todo e qualquer aluno pode apresentar, ao longo de sua aprendizagem, alguma necessidade educacional especial, temporária ou permanente..." (Ibid., p. 44).

**Educação Especial:** de acordo com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (MEC, 2008, p. 15)

A educação especial é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os recursos e serviços e orienta quanto a sua utilização no processo de ensino e aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular.

Vale lembrar que, quando se fala em inclusão, é para todo e qualquer aluno, independente de deficiência, raça, gênero, religião, situação econômica, idade, tipo físico, etc. Mas, de acordo com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), a educação especial atende as necessidades educacionais especiais de alunos com deficiência (física, sensorial, mental), com transtornos globais do desenvolvimento (autismo, síndrome do espectro do autismo, psicose infantil) e com altas habilidades/superdotação.

Numa rápida retrospectiva em relação à educação das pessoas com deficiência temos: inicialmente eram segregadas de toda a sociedade; depois foram encaminhadas às escolas especiais e centros de atendimento; a seguir aparece a integração e os alunos, depois de preparados, eram colocados em classes especiais dentro da escola comum; surge, então, a inclusão, onde a escola e a sociedade se preparam para receber e atender a criança com deficiência.

A proposta de educação inclusiva surge num momento histórico de abertura e democratização da escola, acompanhando uma tendência que vem se configurando pelo mundo. De acordo com Voivodic (2004, p. 21), “A educação inclusiva não surgiu por acaso. É fruto de um momento histórico e faz parte de um sistema social e econômico em transformação”.

Baptista (2009, p. 91) coloca que

A presença de alunos reconhecidamente “diferentes” no ensino comum pode contribuir para que nos questionemos sobre a real capacidade da escola e dos sistemas educacionais, no sentido de promover a educação dos alunos em geral.

Diferentes autores têm diferentes opiniões sobre os termos integração e inclusão. Segundo Voivodic (2004, p. 25 e 26), no sentido etimológico os termos se diferenciam, “integração vem do verbo integrar, que significa formar, coordenar ou combinar num todo unificado. Inclusão vem do verbo incluir, significa compreender, fazer parte de, ou participar de”.

Autores como Dens, Mantoan (apud VOIVODIC, 2004) e Sasaki (1997), também diferenciam os dois termos, sendo que na integração se trabalha o aluno, para que ele possa acompanhar a escola e a turma, o que vai depender do seu nível, da sua capacidade de adaptação. Já na inclusão é o sistema, a escola, que deve se adaptar às especificidades de cada aluno.

Carvalho (1997 apud VOIVODIC, 2004) usa os termos integração e inclusão sem fazer distinção, enquanto outros autores como Glat e Schwartzman (1997 apud VOIVODIC, 2004), utilizam somente o termo integração.

Apesar de os termos integração e inclusão se referirem à convivência de alunos com deficiência e alunos sem deficiência num mesmo espaço, eles apresentam uma diferença fundamental: na integração o aluno com deficiência deve se adaptar à realidade da escola para que possa acompanhar a turma como os demais, a responsabilidade pela adaptação é do aluno; na inclusão, acontece o contrário, é a escola que deve se modificar e aprender a conviver com a diferença, trabalhando para atender todas as necessidades dos alunos.

Segundo Karagiannis (1999 apud TESSARO, 2005, p. 47)

Ensino inclusivo não representa apenas juntar em um mesmo espaço físico alunos portadores de deficiência com alunos considerados dentro dos padrões de "normalidade". Significa, em um sentido mais amplo, incluir todas as pessoas – independente de seu talento, deficiência, nível socioeconômico ou cultural – em salas de aula com todas as suas necessidades atendidas.

Diferentes autores também têm diferentes opiniões sobre a inclusão. Na opinião de Schwartzman (Ibid.), devem-se levar em conta os tipos de deficiência. Assim, o autor é favorável à inclusão quando beneficia a criança, o que, segundo ele, acontece com crianças com quadros leves de deficiência, não para crianças com quadros mais severos. Autores como Omote (1999), Fuchs et al. (1995) e Mrech (2001 apud TESSARO, 2005) também discordam da inclusão de todos os alunos, pois ela pode beneficiar alguns e outros não.

Segundo Mantoan (1997 apud TESSARO, 2005), todos os alunos podem ser incluídos, independente do grau de deficiência que apresentem.

Para Vygotsky (apud BEYER, 1998), todas as crianças têm capacidade de aprender, independente de possuir ou não alguma deficiência. O que se deve levar em conta são os aspectos secundários da deficiência, os quais são resultado das privações que a criança sofre. Se existe o isolamento da escola especial, as

crianças que freqüentam tais escolas irão desenvolver uma forma de pensar culturalmente diferente das crianças de escolas regulares.

A interação entre os alunos beneficia o desenvolvimento afetivo, cognitivo, motor. Todos têm a ganhar tanto nos conteúdos trabalhados dentro da sala de aula, quanto na convivência social, pois entram em contato com o outro, que é diferente e único, e aprendem que diferença não é inferioridade e que cada diferença deve ser respeitada.

Segundo Gardner (1995 apud CARVALHO, 2008, p. 79), a inteligência é definida como “a capacidade de resolver problemas ou elaborar produtos que são importantes num determinado ambiente ou comunidade cultural”. E pode-se criar e resolver problemas de diferentes formas. De acordo com a Teoria das Inteligências Múltiplas, existem vários tipos de inteligência, as quais são independentes, mas trabalham juntas. Todos têm condições de se desenvolver em todas elas, ou somente em algumas, mas todas devem ser estimuladas. O desenvolvimento maior ou menor de cada inteligência vai depender do aspecto biológico de cada um, mas também, das interações com o meio e a cultura.

Uma questão fundamental na Teoria das Inteligências Múltiplas é que ela prevê a valorização das diferenças individuais, pois, assim como existem diferentes inteligências, existem diferentes formas de aprendizagem. Este é o ponto chave da educação inclusiva.

A política da educação inclusiva não remete apenas à permanência física de todos os alunos nas escolas regulares, mas consiste em respeitar e valorizar a individualidade e a diversidade, buscando possibilidades para que todos possam desenvolver seu potencial. Para isso é fundamental que as escolas se reorganizem.

Para Carvalho (2008), as escolas podem ser excludentes se: privilegiarem o bom comportamento e o rendimento escolar dos alunos; privilegiarem o conteúdo programático que os alunos devem dominar; não buscarem desenvolver os alunos em seus aspectos afetivos, cognitivos, motores, psicomotores e relacionais; os objetivos da escola não levarem em conta a diferença e diversidade de cada um.

Segundo Carmo (1998 apud TESSARO, 2005) a principal barreira contra a inclusão é a estrutura escolar.

A escola precisa ser transformada para a inclusão, pois ela foi estruturada dentro de perspectivas excludentes, onde os melhores evoluem, são aprovados, e os piores repetem o ano, quantas vezes forem necessárias, ou acabam evadidos.

De acordo com Mittler (2003), as escolas precisam de uma mudança radical para reestruturar suas práticas dentro da educação inclusiva. Essa mudança passa pelo currículo, pela avaliação, pela forma de agrupar os alunos nas atividades, pela pedagogia. Mittler coloca que (2003, p. 16)

A inclusão não diz respeito a colocar as crianças nas escolas regulares, mas a mudar as escolas para torná-las mais responsivas às necessidades de todas as crianças; diz respeito a ajudar todos os professores a aceitarem a responsabilidade quanto à aprendizagem de todas as crianças nas suas escolas e prepará-los para ensinarem aquelas crianças que estão atual e correntemente excluídas das escolas por qualquer razão. Isto se refere a todas as crianças que não estão beneficiando-se com a escolarização, e não apenas àquelas que são rotuladas com o termo “necessidades educacionais especiais.

Antes de qualquer coisa, para que alguma mudança aconteça é fundamental que os envolvidos estejam conscientes de que essa mudança é necessária.

Além da conscientização, é preciso existir a vontade, o desejo, que impulsiona, faz buscar, ir além. Não adianta regulamentar uma lei exigindo mudanças se as pessoas envolvidas não a desejarem realmente. Quando alguém deseja algo corre atrás e se compromete, o que é essencial diante de qualquer mudança. O desejo é inerente ao ser humano e toda a mudança é resultado da ação de pessoas que desejam, que se comprometem.

Segundo Carvalho (2008, p. 100), a inclusão exige mudanças em vários aspectos:

...acessibilidade física e atitudinal; a melhoria da qualidade na formação dos professores (inicial e continuada); revisão do papel político-social da escola, particularmente no mundo ‘globalizado’; previsão e provisão de recursos humanos, físicos, materiais e financeiros; valorização do magistério; vontade política para reverter as condições materiais de funcionamento das escolas brasileiras; e uma rede de suporte ao professor, aos alunos e seus familiares.

Uma questão importante citada pela autora é a rede de suporte ao professor. O professor da classe regular precisa de apoio para dar conta de atender as necessidades de seus alunos. Esse apoio pode ser dado pelo professor da educação especial. Um trabalho em conjunto entre esses profissionais favorecerá o atendimento a todos os alunos.

Além do apoio ao professor do ensino regular, a educação especial realiza o atendimento educacional especializado. De acordo com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (MEC, 2008, p. 15),

O atendimento educacional especializado tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que

eliminam as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas.

Nesse sentido, a educação especial é vista como atendimento educacional especializado, como apoio e complemento na formação de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação que freqüentam o ensino comum, junto com alunos sem deficiência. A educação especial passa a atuar junto com o ensino comum, de forma articulada.

O atendimento educacional especializado complementa ou suplementa a formação dos alunos. Deve ser oferecido em todos os níveis de ensino, em turno inverso ao da classe comum, preferencialmente na mesma escola onde o aluno estuda, e pode ser realizado individualmente ou em pequenos grupos, dependendo das necessidades dos alunos. Ele é uma maneira de garantir que as necessidades dos alunos sejam reconhecidas e atendidas.

De acordo com Santos (2002 apud VOIVODIC, 2004, p. 30)

As escolas inclusivas devem reconhecer as diversas necessidades dos alunos e dar uma resposta a cada uma delas, assegurando educação de qualidade a todos, através de currículo apropriado, modificações organizacionais, estratégias de ensino, uso de recursos e parcerias. Para isso, as crianças com necessidades especiais devem receber apoios extras que necessitam para que tenham uma educação efetiva.

O trabalho em conjunto entre o professor do ensino regular e o professor da educação especial é fundamental para que a educação inclusiva se efetive, porém, só isso é suficiente? Se o professor não sabe como trabalhar com um aluno, por causa de uma deficiência que este apresenta, resolve somente um trabalho em conjunto?

Aparece aqui, outra barreira contra a inclusão: o despreparo dos professores. Para Glat et al. (1998 apud TESSARO, 2005, p. 52), "... o professor, no contexto da educação inclusiva, necessita de preparo para lidar com as diferenças, com a singularidade e a diversidade de todos os alunos".

Na classe regular, o aluno com necessidades educacionais especiais é atendido por professor do ensino regular, ou seja, que não possui formação e conhecimentos específicos da área. Isso por que as universidades ainda não preparam os futuros profissionais da educação para lidar com as diferenças no contexto escolar.

Dessa forma, é fundamental que os professores da rede regular de ensino recebam formação continuada relacionada à temática da educação inclusiva, visando atender cada vez melhor todos os alunos.

### **2.3 Formação Continuada**

Percebe-se que, diante da política da educação inclusiva, é fundamental qualificar os profissionais da educação, uma vez que, nos cursos de formação inicial, não foram preparados para trabalhar com as diferenças. Esse despreparo dos professores é apresentado em vários estudos desenvolvidos, como citados por Antunes (2001) e Faleiros (2001 apud TESSARO, 2005).

Rosa (2008, p. 288), coloca que

Hoje, as discussões continuam centradas na defasagem entre a preparação oferecida pelas escolas/instituições formadoras e a realidade da atividade de prática futura. É inegável a inadequação destes cursos na preparação competente de profissionais para o exercício de suas atividades.

A formação continuada dos professores está prevista nas leis, programas e documentos oficiais. Para citar alguns exemplos:

A LDB 9394/96, em seu Art. 67, diz que “Os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação assegurando-lhes... aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim”.

A Lei nº 10.172/01 aprova o Plano Nacional de Educação, onde consta que “A formação continuada do magistério é parte essencial da estratégia de melhoria permanente da qualidade da educação, e visará à abertura de novos horizontes na atuação profissional.”

Na Resolução CNE/CEB nº 2/2001, § 4º, consta que “aos professores que já estão exercendo o magistério devem ser oferecidas oportunidades de formação continuada...”.

Segundo Ferreira (2006, p. 19-20):

A ‘formação continuada’ é uma realidade no panorama educacional brasileiro e mundial, não só como uma exigência que se faz devido aos avanços da ciência e da tecnologia que se processam nas últimas décadas, mas como uma nova categoria que passou a existir no ‘mercado’ da formação contínua e que, por isso, necessita ser repensada cotidianamente

no sentido de melhor atender à legítima e digna formação humana. (...) A 'formação continuada' hoje precisa ser entendida como um mecanismo de permanente capacitação reflexiva de todos os seres humanos às múltiplas exigências/desafios que a ciência, a tecnologia e o mundo do (não) trabalho colocam.

Para Veiga (1995), todos têm direito à formação continuada, pois ela proporciona o desenvolvimento profissional do professor em consonância com o projeto da escola.

Se a formação continuada é importante para todos os profissionais da educação, que dirá para aqueles que se deparam pela primeira vez com um aluno com necessidades educacionais especiais em sua sala de aula. Em muitos casos, quando isso acontece, o professor não sabe como agir, o que fazer.

Como ensinar a todos? Que práticas de ensino ajudam? Como incluir todos? Questões como estas devem ser discutidas entre os professores e gestores que se preocupam com a educação inclusiva e com o oferecimento de educação de qualidade para todos os alunos.

Cabe ressaltar que, quando se fala em educação para todos não significa educação igual para todos. Significa oferecer oportunidades para que todos se desenvolvam, respeitando os ritmos, os tempos, os estilos, as dificuldades e potencialidades de cada um.

Para que isso seja possível, é fundamental oferecer formação continuada. De acordo com Mittler (2003, p. 183) "Ninguém pode ser excluído de ser capacitado para a inclusão. Todos têm algo a aprender sobre ela." Por isso, devem-se criar oportunidades de capacitação, com tempo previsto para reflexão e discussão. Para o autor, muitos professores têm conhecimento para trabalhar de forma inclusiva, o que eles não têm é confiança no que fazem.

Estudar deve ser uma ação cotidiana na vida do professor. Além disso, refletir sobre as ações pedagógicas faz com que sejam criados novos significados e novas práticas. Os estudos em grupo são essenciais para a troca de experiências, de interesses, para expressar as angústias, as alegrias vivenciadas. A escola é uma comunidade e o trabalho em equipe é fundamental.

Jesus (apud BAPTISTA 2009, p. 97) coloca que "... a qualificação do professor se constitui numa forma de fortalecimento da qualidade do atendimento aos alunos no seu conjunto..."

A formação continuada de professores tem como objetivo principal a atualização e o aprofundamento do conhecimento pedagógico. Quando esta formação leva em conta o entendimento do professor e sua prática ela se torna muito mais significativa.

Diante disso, a estruturação da formação continuada deve ter como ponto de partida as falas, as dificuldades, as inquietações dos professores, para que possa atingir exatamente os objetivos daquele grupo.

Jesus (apud BAPTISTA 2009, p. 97) coloca que as ações e discursos dos professores nas salas de aula são de fundamental importância, pois “são as práticas pedagógicas aí desenvolvidas que podem contribuir ou não para a aquisição do conhecimento por todos os alunos”. Portanto, a continuidade da formação desses profissionais influenciará na sua prática na sala de aula e, conseqüentemente, na aprendizagem dos alunos.

Percebe-se que a continuidade da formação de professores e gestores é essencial. Também é essencial criar condições de acesso à educação de qualidade para todos, a fim de que a história de vida de cada aluno, suas capacidades, dificuldades e individualidades sejam respeitadas e valorizadas e todos possam ser incluídos na sociedade.

Não se pode esquecer que “temos o direito a sermos iguais quando a diferença nos inferioriza; temos o direito a sermos diferentes quando a igualdade nos descaracteriza” (Santos apud FÁVERO, 2007, p. 25).

Além da formação continuada, uma ação conjunta de todos os envolvidos, pais, professores, gestores, alunos, comunidade, é fundamental para o sucesso da educação inclusiva.

### 3 METODOLOGIA

Para o desenvolvimento desta pesquisa optou-se pela abordagem qualitativa, pois se buscou trabalhar com opiniões, atitudes, valores, crenças, valorizando todo o processo de pesquisa. Os dados obtidos através desta abordagem são descritivos e indicam o envolvimento dos sujeitos com a situação pesquisada. Buscou-se analisar as vivências e experiências cotidianas, as quais são carregadas de subjetividade, intencionalidade e especificidade, o que não é mensurável. De acordo com Richardson (apud VOIVODIC, 2004, p. 79)

Os estudos que empregam uma metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais, contribuir no processo de mudança de determinado grupo e possibilitar, em maior nível de profundidade, o entendimento de particularidades do comportamento dos indivíduos.

Com base nos objetivos, a pesquisa realizada classifica-se como exploratória, pois se busca aperfeiçoar idéias sobre o problema em questão. Dentre as modalidades de pesquisa exploratória optou-se pelo Estudo de Caso, pois permite um detalhamento mais específico dos elementos pesquisados.

Segundo Carvalho (2008, p. 130)

O estudo de caso, como metodologia de pesquisa em educação, é uma proposta importante e adequada para examinarmos criticamente o estado da arte de aspectos da inclusão escolar, na medida em que permite retratar uma determinada realidade, contextualizando-a.

O projeto foi desenvolvido com gestores e professores de uma escola da rede municipal de ensino de Constantina/RS. Mais especificamente com a diretora, coordenadora dos anos iniciais do ensino fundamental, professores de 2º e 3º ano e 4ª série, formados em Pedagogia, e professores das disciplinas de Educação Física, Geografia, Língua Portuguesa, Matemática, Filosofia e Arte-Educação. Os nove professores tinham em suas salas alunos com deficiência (mental e auditiva) e com dificuldades acentuadas de aprendizagem sem causa orgânica específica.

Foram realizadas entrevistas individuais, semi-estruturadas, as quais tinham por objetivo conhecer qual o entendimento dos envolvidos em relação à educação inclusiva e quais os desafios da formação continuada frente a essa proposta.

O período de coleta de dados foi nos meses de março e abril do corrente ano e posteriormente a análise dos dados.

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A organização dos dados foi feita com base nas entrevistas realizadas com nove professores, a diretora e uma das coordenadoras pedagógicas de uma escola da rede municipal de ensino fundamental de Constantina/RS. De acordo com a formação, cinco professores são formados em Pedagogia e os outros seis tem formação em Arte-Educação, Educação Física, Filosofia, Geografia, Matemática e Língua Portuguesa. Para preservar a identidade dos envolvidos, os professores serão denominados pelas letras: B, C, D, F, L, M, N, P, R, S e T.

A primeira questão da entrevista foi relacionada “à opinião do professor sobre a educação inclusiva”. Os onze entrevistados se mostraram a favor, conforme podemos observar nos depoimentos a seguir:

Segundo o professor B, “Educação Inclusiva é trabalhar as diferenças de um modo particular tentando suprir ou reduzir as necessidades e dificuldades, permitindo ao educando alcançar conhecimento e crescimento intelectual”.

O professor C acredita que “a Educação Inclusiva é uma excelente possibilidade para superar a exclusão a que, por muito tempo, ficaram submetidos os alunos portadores de deficiências”.

Para o professor F “A Educação Inclusiva está sendo um passo muito significativo na educação brasileira”.

Segundo o professor L a educação inclusiva é “importante para a Nova Escola e seu papel na sociedade com tantas diferenças”.

O professor M julga “ser necessária e importante no atual contexto educacional que vivemos, pois diferenças são normais e fazem parte do ser humano”.

O professor N vê a educação inclusiva como “um desafio no nosso cotidiano”.

Para o professor P “a educação inclusiva é uma oportunidade àqueles que necessitam de um atendimento diferenciado, individual, com o objetivo de aproximar esses ambientes ‘escola normal’ x escola para deficientes”.

Na opinião do professor R “a Educação Inclusiva deveria estar inserida em todas as escolas, a fim de oportunizar aos educandos com necessidades especiais a

inserção no meio escolar, sem sofrer discriminação e sem sentir-se diminuído frente aos colegas.”

Para o professor S “precisamos aprender a conviver com as diferenças”.

O professor T acredita “que a inclusão é importante para o aluno ter oportunidade de conviver com pessoas e aprendizagens diferentes”.

Embora o professor D seja favorável à inclusão, acredita que “falta muito para termos uma ‘inclusão’ de verdade, onde os educandos com necessidades especiais possam realmente se sentir incluídos e os demais (colegas, professores e escola), vê-los e tê-los como tal.”

Os entrevistados levantaram aspectos importantes sobre a educação inclusiva, entre eles as questões de não discriminação, de superação da exclusão e de aprender a conviver e trabalhar as diferenças. Também demonstraram que entendem a importância dessa proposta para os alunos e para a sociedade.

Na questão dois, referente à “que alunos os professores consideram serem alunos com necessidades educacionais especiais”, o termo “alunos com deficiência” apareceu em seis das onze entrevistas. Talvez por que as dificuldades dos alunos que apresentam alguma deficiência sejam mais visíveis ou por que, nesses casos, existe uma causa que explique as dificuldades.

Também foram citados os termos: alunos com dificuldades acentuadas de aprendizagem; alunos com limitações de raciocínio e locomoção; aqueles que não se encontram no mesmo nível de aprendizagem dos demais; que possuem limitações físicas ou mentais que impossibilitem a plena realização de tarefas práticas e/ou de aprendizagem; distúrbios emocionais que afetam a aprendizagem; com síndrome ou distúrbio; que possuem diferenças em relação ao seu campo cognitivo, psicológico, neurológico, motor; que não conseguem demonstrar desempenho equivalente ao ‘normal’ de sua idade cronológica.

Para o professor R, os alunos rejeitados por problemas sociais e culturais também são alunos de inclusão.

O professor P vai mais longe e diz que “há a necessidade de incluir alunos que estão no ensino regular e são excluídos. Ex. cor, raça, religião... também temos que incluir aqueles que ‘não sabem’ ao olhar dos alunos considerados ‘sábios’”.

De acordo com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), a educação especial atende às necessidades educacionais especiais dos alunos com deficiência (física, sensorial, mental), com

transtornos globais do desenvolvimento (autismo, síndrome do espectro do autismo, psicose infantil) e com altas habilidades/superdotação.

Sabe-se, porém, que as necessidades educacionais especiais envolvem aspectos cognitivos, emocionais, motores, psicológicos, de comportamento, socioeconômicos, perceptivos, entre outros. Como citado na Declaração de Salamanca (1997, p. 18) “a expressão ‘necessidades educativas especiais’ refere-se a todas as crianças e jovens cujas necessidades decorrem de sua capacidade ou de suas dificuldades de aprendizagem”.

Portanto, a educação inclusiva se estende a toda e qualquer criança, independente de raça, religião, classe social, nível intelectual, condição física ou emocional. Ninguém deve ser excluído do sistema escolar e isso está claro para os professores R e P.

Quanto à questão três, sobre “o que mudou na sala com alunos incluídos”, vários foram os aspectos negativos citados: ter alunos incluídos dificulta o trabalho do professor; falta de aceitação por colegas e professores; discriminação; preconceito; turmas muito grandes; falta de preparo dos professores.

Sobre esta questão do despreparo dos professores podem ser citados os trabalhos realizados por Antunes (2001), Faleiros (2001) e Gasparetto (2001, apud TESSARO, 2005).

De acordo com Goffredo (1999 apud TESSARO, 2005, p. 49) é “indispensável uma reforma na formação dos professores que precisam aprender a identificar e atender às necessidades especiais de aprendizagem de todas as crianças, jovens e adultos portadores ou não de deficiência”.

Mais numerosos foram os aspectos positivos citados pelos entrevistados: aceitação e respeito às diferenças; valorização do aluno com deficiência ou dificuldade de aprendizagem; possibilidade de a criança incluída conviver com crianças da mesma faixa etária; possibilidade de crescimento de todos os alunos; amizade; coleguismo, solidariedade; cooperação; instiga o professor a buscar, estudar, para melhorar sua prática.

#### Segundo o professor N, ter alunos incluídos

Nos dá a certeza de que todos são diferentes uns dos outros, que cada um dos alunos tem um ritmo de aprendizagem, uma forma de conhecimento, um jeito de se expressar e de se comunicar e que todas essas características devem ser respeitadas e valorizadas.

Apesar dos aspectos negativos levantados, várias questões positivas puderam ser observadas na inclusão de alunos com deficiência na escola comum. De acordo com Mantoan (2007, p. 57) “Uma escola em que todos os alunos são bem-vindos tem como compromisso educativo ensinar não apenas os conteúdos curriculares, mas formar pessoas capazes de conviver em um mundo plural...”.

Com relação à questão quatro, “como os professores vêem seu aluno com deficiência ou dificuldades acentuadas de aprendizagem na sala de aula”, no geral, os professores os vêem como alguém especial, que precisa de mais atenção, afeto, respeito, metodologia adequada, olhar especial. Alguém que tem limites, dificuldades, possibilidades e que precisa ser valorizado.

O professor F vê o aluno com deficiência como “alguém que merece as mesmas oportunidades que os demais alunos”. Acredito que os alunos com deficiência necessitam sim de oportunidades, mas não as mesmas. De acordo com Carvalho (2008), equiparação de oportunidades não significa oportunidades iguais para todos, pois se deve reconhecer as diferenças e necessidades de cada um.

Na questão cinco foi perguntado aos professores “como eles percebem a inclusão para os alunos que não apresentam necessidades educacionais especiais”. Segundo os professores L e P, pode-se perceber dois grupos: os que aceitam e os que não aceitam.

Para os outros professores, os colegas entendem e auxiliam o aluno com necessidades educacionais especiais. Porém, para o professor R, nem sempre o aluno incluído aceita ser ajudado.

Os professores colocaram ainda que a inclusão é uma oportunidade para aprender a superar o preconceito, para compreender e aceitar as diferenças, para ser solidário, para aprender a respeitar a individualidade e os limites de cada um.

“Os desafios enfrentados pelos professores numa sala de aula inclusiva” (questão seis) são muitos e importantes, vejam os citados: insegurança diante das limitações; medo de não fazer o certo; angústia; dúvidas; saber entender e aceitar o aluno; falta de tempo para atender os alunos devido às turmas grandes; conciliar a aula para os alunos com deficiência e os outros; planejar aulas diferenciadas; encontrar estratégias para o aluno com deficiência atingir os objetivos; descobrir metodologias e recursos que oportunizem ao aluno aprender, integrar-se e acompanhar o trabalho; encontrar uma metodologia para não excluir; dificuldade em dominar e utilizar metodologias diferenciadas; falta de materiais didáticos;

aceitabilidade x desafios em relação aos demais alunos; identificar as outras potencialidades do aluno; falta de preparo, de formação, de conhecimento teórico e prático. Este último item aparece em seis das onze entrevistas, portanto, deve ser levado em consideração.

Segundo Petean e Borges (2003 apud TESSARO, 2005, p. 49) “atualmente parece ser um consenso que os professores do ensino regular não tem preparo, seja teórico seja metodológico, para participar da inclusão escolar”.

Por que este despreparo? Os profissionais entrevistados formaram-se entre os anos de 1998 e 2006. Um professor ainda está cursando a graduação e o professor que se formou em 1998, terminou sua pós-graduação em 2006. Como se pode perceber, todos os professores passaram pela universidade recentemente. Muito se tem falado sobre a educação inclusiva, mesmo assim, as universidades, principalmente nos cursos de licenciatura, continuam preparando os futuros professores para trabalhar somente com a homogeneidade, como se todos os alunos, com deficiência ou não, aprendessem a mesma coisa, do mesmo jeito e ao mesmo tempo.

De acordo com Rosa (2008, p. 288) “É inegável a inadequação destes cursos na preparação competente de profissionais para o exercício de suas atividades”. Ainda segundo a autora “... é muito importante que a formação dos futuros profissionais dê conta de estratégias e alternativas capazes de instrumentalizá-los para o desenvolvimento de um trabalho profissional competente” (Ibid. p. 289).

Na questão sete, “sobre como deve ser uma escola inclusiva”, os professores colocam aspectos importantes, que dependem de cada um, mas também da escola, das famílias, do poder público. Citaram que é necessário: estrutura física adequada; materiais didáticos e pedagógicos; sala de recursos e atendimento especializado; turno integral; tempo disponível para planejar; tempo para atender todos os alunos em sala de aula; preparo adequado dos professores; auxílio e suporte aos professores; profissionais especializados (professores, psicólogo, fonoaudiólogo).

Para os professores D, L, N, R e S, uma escola inclusiva exige também: diálogo; receber os alunos com amor e respeito; acolher a todos os que dela precisam sem discriminação; saber orientar os alunos; professores ‘humanos’, que valorizem os direitos e deveres dos cidadãos e que aceitem o desafio com responsabilidade.

Beyer (apud BAPTISTA, 2009) considera essencial a conscientização, por parte dos professores, da importância da proposta de educação inclusiva.

Quanto à formação inicial (questão oito), os resultados da pesquisa mostraram que somente os professores formados em Pedagogia e em Educação Física obtiveram, no curso de graduação, conhecimentos sobre educação inclusiva. Entre esses conhecimentos foram citados: Fundamentos da Educação Especial, casos de alunos com problemas, diferentes enfoques das deficiências, deficiências comuns perceptíveis no cotidiano escolar, Educação Física Especial Aplicada.

Segundo o relato do professor P, os conhecimentos obtidos na graduação não foram suficientes. Em suas palavras “Obtive alguns conhecimentos que auxiliam na prática, mas não o necessário para estar apta para trabalhar com educação inclusiva”.

Segundo a Declaração de Salamanca (1994, p. 37),

Os conhecimentos e as aptidões requeridos são basicamente os mesmos de uma boa pedagogia, isto é, a capacidade de avaliar as necessidades especiais, de adaptar o conteúdo do programa de estudos, de recorrer à ajuda da tecnologia, de individualizar os procedimentos pedagógicos para atender a um maior número de aptidões, etc.

Todos os professores entrevistados participam de formação continuada (questão nove), a qual, na maioria dos casos, é oferecida pela Secretaria Municipal de Educação. A periodicidade é de três a seis encontros anuais. Alguns temas tratados nos encontros de formação: avaliação, interdisciplinaridade, currículo, planejamento.

Um fato que deve ser levado em conta na periodicidade dos encontros é a necessidade apresentada pelos envolvidos. Segundo Jesus (apud BAPTISTA 2009), as dificuldades da prática educativa devem ser tomadas como base na formação continuada.

Quanto à importância da formação continuada (questão dez), a resposta foi unânime: “sim, formação continuada é importante!”. Segundo os entrevistados, na formação continuada têm-se oportunidade de refletir sobre as práticas e atitudes, discutir sobre os problemas do dia-a-dia, rever conceitos e metodologias, buscar novos conhecimentos, novas possibilidades de ensinar e aprender, novos meios para melhorar a prática docente e a qualidade da educação.

Além de a formação continuada estar prevista em várias leis e documentos, para Jesus (Ibid., p. 97), “faz-se necessário trabalhar com os profissionais da

educação, de maneira que eles, sendo capazes de compreender as próprias práticas e de refletir sobre elas, sejam também capazes de transformar lógicas de ensino”.

Em relação à questão onze, se “a temática Educação Inclusiva já foi trabalhada na formação continuada”, oito dos onze entrevistados afirmaram que sim. Entre os assuntos abordados estão: crianças com necessidades especiais, suas capacidades e limitações; tipos de deficiência; causas dos problemas neurológicos; dificuldades de aprendizagem; sala de recursos. Porém, os professores P e R dizem não lembrar e o professor L colocou que esta temática não foi trabalhada nos encontros de formação. Pode-se pensar que os professores P, R e L não participaram da formação continuada relacionada à educação inclusiva ou, que ela não foi significativa para eles.

Todos os professores concordam que “a temática Educação Inclusiva deve ser trabalhada na formação continuada” (questão doze). Explicaram esta afirmação com vários motivos: por que foi pouco debatido, por que é uma necessidade da escola, para ampliar os conhecimentos, para compreender e saber analisar cada situação inclusiva, por que é um assunto desafiador e preocupante, por que os professores não estão preparados, não tem formação adequada. Nas palavras do professor R “Por que nós, educadores, apresentamos muitas deficiências para trabalhar a Educação Inclusiva”.

Os professores também concordam que “a formação continuada pode auxiliar na preparação para a Educação Inclusiva” (questão treze), pois é preciso capacitar os profissionais, ajudá-los a entender o aluno com necessidades especiais e a maneira de como trabalhar com eles. As respostas de três professores se destacaram.

O professor C colocou que a temática Educação Inclusiva “deve ser trabalhada por profissionais que já tenham vivido esta experiência e que não tenham apenas conhecimento teórico sobre o assunto”. Em muitos casos, palestrantes e conferencistas têm muito conhecimento teórico, mas pouco prático, pois não trabalharam ou não trabalham na sala de aula. Segundo o professor C, a vivência é muito importante.

O professor M expôs que “... a questão é muito maior do que cursos de formação continuada, envolve estrutura física, profissionais capacitados e de áreas médicas que atuem nas escolas, materiais pedagógicos, salas de aula adequadas e

outros”. Sem dúvida, somente a formação continuada não é suficiente para que a educação inclusiva se efetive. É preciso o empenho e a vontade de todos (professores, família, alunos, comunidade, gestores), pois são muitos os desafios e cada um tem a sua função diante das mudanças necessárias. Porém, o início, o ponto de partida pode ser a formação continuada dos professores.

O professor D colocou ainda que “não são todos que querem se preparar para a Educação Inclusiva”. Nesse caso, inicialmente faz-se necessário, conscientizar esses profissionais da importância da proposta inclusiva e dos benefícios que ela traz a todos os alunos e comunidade.

Segundo Mittler (2003, p. 21), “A inclusão é uma visão, uma estrada a ser viajada, mas uma estrada sem fim, com todos os tipos de barreiras e obstáculos, alguns dos quais estão em nossas mentes e em nossos corações”.

Pode-se perceber que os entrevistados compreendem os princípios básicos da educação inclusiva e estão cientes de sua importância. Pode-se perceber também que estes profissionais enfrentam vários desafios na sua prática cotidiana. Entre eles, o mais citado, o despreparo para trabalhar com as diferenças.

Diante disso, faz-se necessário a estruturação de formação continuada, para que os professores e gestores da escola pesquisada e de toda a rede municipal, possam expor suas dificuldades, refletir sobre suas práticas, adquirir mais conhecimentos e, assim, auxiliar no oferecimento de educação de qualidade para todos os alunos, valorizando as diferenças de cada um.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das modificações ocorridas na educação e na sociedade e das políticas que regulamentam a proposta da educação inclusiva, não há como negar ou adiar sua implementação. Como cita Voivodic (2004, p. 37) “A Educação Inclusiva não pode continuar a ser vista como uma utopia, mas precisa ser encarada como uma realidade possível e desejável em nossa sociedade”.

Sabe-se que a regulamentação de políticas públicas voltadas à educação inclusiva é importante, mas não é suficiente para garantir que todos os alunos tenham suas necessidades atendidas. É preciso haver o desejo de toda a sociedade. E como a sociedade lida com as diferenças? Os profissionais da educação, assim como a sociedade em geral, sentem medo diante do desconhecido, do diferente. Criam pré-conceitos, pois não conhecem a realidade, e seguem acreditando em suas próprias convicções.

Nos últimos tempos as pessoas com deficiência estão buscando seus direitos, conquistando espaços. Mas ainda há muito para conquistar. Nessa via de mão dupla da inclusão, as pessoas com deficiência, tanto na escola como na sociedade, também precisam aprender a lidar com a sua limitação e com a limitação do outro em entendê-las e aceitá-las.

Com o presente trabalho buscou-se investigar quais os desafios enfrentados pelos professores e gestores de uma escola da rede municipal de Constantina/RS, diante da proposta da educação inclusiva. Procurou-se também identificar o entendimento por parte desses profissionais sobre essa temática, buscando subsídios com vistas à estruturação da formação continuada.

Os entrevistados mostraram-se favoráveis à educação inclusiva. Demonstraram entender a importância dessa proposta para todos os alunos e para a sociedade e levantaram questões importantes, as quais revelam aspectos positivos e fundamentais da temática, como a não discriminação, a superação de preconceitos, compreensão e respeito às diferenças, valorização de cada um, possibilidade de crescimento de todos. Também concordam que a formação continuada é importante e que ela pode auxiliar na preparação para a educação inclusiva.

Dentre os desafios enfrentados pelos professores envolvidos na pesquisa estão: insegurança; dúvidas; saber entender o aluno; planejar aulas diferenciadas; descobrir, dominar e utilizar metodologias diferenciadas; conciliar a aula; identificar as outras potencialidades dos alunos.

Todos estes desafios parecem estar ligados à falta de formação, ao despreparo dos professores para trabalhar com as necessidades educacionais especiais dos alunos. Esta questão foi citada por vários dos entrevistados e em diversos pontos das entrevistas. Nesse caso a situação se inverte, de quem são as necessidades? Isso por que as universidades ainda não “preparam” os futuros profissionais para trabalhar com a diferença.

Talvez esta necessidade esteja relacionada a apresentar-lhes a realidade que eles encontrarão nas salas de aula: alunos em diferentes estágios de desenvolvimento e formas de aprendizagem, com diferentes interesses, situações econômicas, sociais, familiares e diferentes necessidades. Na sala de aula é preciso dar uma resposta a cada uma dessas diferenças e para fazer isso é necessário conhecer.

Qual é a diferença, relacionada à aprendizagem, entre o aluno dito normal e o aluno com deficiência mental? Como o aluno surdo aprende? Como trabalhar com um aluno que é hiperativo? Que metodologias diferenciadas podem ser utilizadas? Essas questões podem ser discutidas nas universidades de forma geral e principalmente nos cursos de licenciatura.

É claro que não se pode esquecer que cada aluno é único. Embora dois alunos tenham a mesma deficiência, suas necessidades podem ser diferentes. E isso o professor vai descobrir no dia-a-dia da sala de aula.

Diante da falta de preparo dos professores e diante da realidade educacional que é composta de forma heterogênea, faz-se necessário encontrar estratégias para oferecer esse preparo a esses profissionais. Nesse sentido, é fundamental a estruturação de formação continuada, a qual, cumprindo o seu papel de qualificar os profissionais, também pode os capacitar para a educação inclusiva. Um ponto relevante nesta formação é que os profissionais podem trazer experiências vivenciadas no seu dia-a-dia, suas dúvidas e dificuldades para serem discutidas e analisadas e elaboradas novas estratégias de ação pedagógica.

Sabe-se, porém, que somente a formação continuada não será suficiente para o sucesso da educação inclusiva. Outros aspectos são igualmente importantes e necessários. Entre eles:

- Reconhecimento das diferenças;
- Conscientização da importância desta proposta e do direito de todos à educação e cidadania;
- Estabelecimento de vínculos afetivos entre professores e alunos procurando conhecer sua história de vida, o meio onde ele vive;
- Trabalho em equipe, entre os professores, entre os alunos e com a família e comunidade;
- Diálogo e reflexão;
- Remoção de barreiras arquitetônicas e atitudinais;
- Subsídios financeiros, técnicos e materiais;
- Pedagogia voltada para o aluno visando atender às suas necessidades e buscando ajudá-lo para que alcance o seu máximo;
- Apoio e valorização dos professores;
- Alterações na organização da escola;
- Flexibilização de metodologias de ensino, de conteúdos, de objetivos, de avaliação, visando oferecer equiparação de oportunidades a todos os alunos.

Uma questão fundamental para o sucesso da educação inclusiva é a participação de todos: pais, alunos, professores, funcionários, comunidade, governantes. Cada um deve fazer a sua parte com responsabilidade e compromisso.

O trabalho não se encerra aqui. Busca-se, junto a Secretaria Municipal de Educação, a estruturação de formação continuada relacionada à educação inclusiva para todos os professores da rede municipal de ensino.

## REFERÊNCIAS

BAPTISTA, C. R. (Org.). **Inclusão e escolarização**: múltiplas perspectivas. 1ª Reimpressão. Porto Alegre: Editora Mediação, 2009.

BATISTA, C. A. M. **Educação Inclusiva**: atendimento educacional especializado para a deficiência mental. Brasília: MEC, SEESP, 2007.

BEYER, H. O. **A avaliação na educação especial e o paradigma Vygotski**. Cadernos de Educação Especial, Santa Maria – RS, n. 12, p. 5-13, 1998.

BRASIL. Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999. Disponível em <[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/D3298.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3298.htm)>. Acesso em: 25 mai. 2009.

BRASIL. Lei nº 4.024, de 2º de dezembro de 1961. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=102346>>. Acesso em: 25 mai. 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. 3. ed. MEC, SEESP, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. Legislação. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=12907:legislacao&catid=70:legislacoes](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12907:legislacao&catid=70:legislacoes)>. Acesso em: 25 mai. 2009.

BRASIL. Presidência da República. Legislação. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/legislacao/>>. Acesso em: 25 mai. 2009.

BRASIL. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial**. Brasília, DF, 1994.

CARVALHO, R. E. **Temas em educação especial**. Rio de Janeiro: WVA, 1998.

\_\_\_\_\_. **Escola Inclusiva**: a reorganização do trabalho pedagógico. Porto Alegre: Editora Mediação, 2008.

COLL, C.; PALÁCIOS, J.; MARCHESI, A. **Desenvolvimento Psicológico e Educação** – Necessidades Educativas Especiais e Aprendizagem Escolar. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

CORDE. **Declaração de Salamanca e Linhas de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais**. 2. ed. Brasília: CORDE, 1997.

FÁVERO, E. A. G.; PANTOJA, L. de M. P.; MANTOAN, M. T. E. **Atendimento Educacional Especializado** - Aspectos legais e orientação pedagógica. São Paulo: MEC/SEESP, 2007.

FERREIRA, N. S. C. (Org.). **Formação Continuada e Gestão da Educação**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

GARDNER, H. **Inteligências Múltiplas**: um novo olhar para a educação. Produzido por ATTA mídia e Educação. 1 DVD (106 min.)

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2008

HOFFMANN, J. **Pontos e Contrapontos do pensar ao agir em avaliação**. Porto Alegre: Mediação, 1998.

MEC. Secretaria de Educação Especial. **Inclusão**: Revista da Educação Especial. Brasília, DF, 2008.

MITTLER, P. **Educação Inclusiva**: Contextos Sociais. Porto Alegre: ARTMED, 2003.

ROSA, S. P. da S. Escola Inclusiva: as crianças agradecem. In: ROSA, S. P. da S. et al. **Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Inclusão**. Curitiba: IESDE Brasil S. A., 2008

SASSAKI, R. K. **Inclusão**: construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro, WVA, 1997.

TESSARO, N. S. **Inclusão Escolar**: concepções de professores e alunos da educação regular e especial. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

TORRES, R. M. **Educação para todos**: a tarefa por fazer. Porto Alegre: ARTMED Editora, 2001.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa. **Estrutura e apresentação de monografias, dissertações e teses**: MDT. 6 ed. rev. e ampl. Santa Maria: Editora da UFSM, 2006.

VASCONCELLOS, V. M. R. de.; VALSINER, J. **Perspectiva co-construtivista na Psicologia e na Educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995

VEIGA, I. P. A. **Projeto Político Pedagógico da Escola**: uma construção possível. São Paulo: Editora Papirus, 1995.

VOIVODIC, M. A. M. A. **Inclusão escolar de crianças com Síndrome de Down**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

WIKIPEDIA. **Notre Dame de Paris**. Disponível em <[http://pt.wikipedia.org/wiki/Notre-Dame\\_de\\_Paris\\_\(livro\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/Notre-Dame_de_Paris_(livro))>. Acesso em 17 ago. 2009.

WIKIPEDIA. **O Corcunda de Notre Dame**. Disponível em: <[http://pt.wikipedia.org/wiki/O\\_Corcunda\\_de\\_Notre\\_Dame\\_\(Disney\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/O_Corcunda_de_Notre_Dame_(Disney))>. Acesso em 17 ago. 2009.



**ANEXO 2 – Consentimentos**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO EDUCACIONAL

**CONSENTIMENTO INFORMADO**

Eu, Aline B. Gheller, professora responsável pela 4ª série B, autorizo a especializanda Noeli Rigo Sabadin, do Curso de Especialização a Distância em Gestão Educacional, matrícula 27EAD7101, realizar a pesquisa e entrevista para ser apresentada e analisada no trabalho monográfico.

O estudo ora solicitado é um Trabalho de Final de Curso obrigatório para a conclusão da Especialização em Gestão Educacional, sob a orientação da Profª. Ms Andréa Tonini, da Universidade Federal de Santa Maria/RS.

Após a conclusão do Estudo a especializanda encaminhará uma cópia a Instituição de Ensino, preservando sempre a identidade das pessoas envolvidas.

Constantina, 16 de março de 2009.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO EDUCACIONAL

**CONSENTIMENTO INFORMADO**

Eu, Joceli C. Castaman, professora responsável pela direção, autorizo a especializanda Noeli Rigo Sabadin, do Curso de Especialização a Distância em Gestão Educacional, matrícula 27EAD7101, realizar a pesquisa e entrevista para ser apresentada e analisada no trabalho monográfico.

O estudo ora solicitado é um Trabalho de Final de Curso obrigatório para a conclusão da Especialização em Gestão Educacional, sob a orientação da Prof<sup>ª</sup>. Ms Andréa Tonini, da Universidade Federal de Santa Maria/RS.

Após a conclusão do Estudo a especializanda encaminhará uma cópia a Instituição de Ensino, preservando sempre a identidade das pessoas envolvidas.

Constantina, 16 de março de 2009.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO EDUCACIONAL

**CONSENTIMENTO INFORMADO**

Eu, Julia Zatti, professora responsável pela disciplina de Matemática, das turmas de 5ª a 8ª séries, autorizo a especializanda Noeli Rigo Sabadin, do Curso de Especialização a Distância em Gestão Educacional, matrícula 27EAD7101, realizar a pesquisa e entrevista para ser apresentada e analisada no trabalho monográfico.

O estudo ora solicitado é um Trabalho de Final de Curso obrigatório para a conclusão da Especialização em Gestão Educacional, sob a orientação da Profª. Ms Andréa Tonini, da Universidade Federal de Santa Maria/RS.

Após a conclusão do Estudo a especializanda encaminhará uma cópia a Instituição de Ensino, preservando sempre a identidade das pessoas envolvidas.

Constantina, 16 de março de 2009.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO EDUCACIONAL

**CONSENTIMENTO INFORMADO**

Eu, Lucinara Betti, professora responsável pela disciplina de Arte-Educação, das turmas de 5<sup>a</sup> a 8<sup>a</sup> séries, autorizo a especializanda Noeli Rigo Sabadin, do Curso de Especialização a Distância em Gestão Educacional, matrícula 27EAD7101, realizar a pesquisa e entrevista para ser apresentada e analisada no trabalho monográfico.

O estudo ora solicitado é um Trabalho de Final de Curso obrigatório para a conclusão da Especialização em Gestão Educacional, sob a orientação da Prof<sup>a</sup>. Ms Andréa Tonini, da Universidade Federal de Santa Maria/RS.

Após a conclusão do Estudo a especializanda encaminhará uma cópia a Instituição de Ensino, preservando sempre a identidade das pessoas envolvidas.

Constantina, 16 de março de 2009.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO EDUCACIONAL

**CONSENTIMENTO INFORMADO**

Eu, Marines B. Zanchett, professora responsável pelo 3º ano A, autorizo a especializanda Noeli Rigo Sabadin, do Curso de Especialização a Distância em Gestão Educacional, matrícula 27EAD7101, realizar a pesquisa e entrevista para ser apresentada e analisada no trabalho monográfico.

O estudo ora solicitado é um Trabalho de Final de Curso obrigatório para a conclusão da Especialização em Gestão Educacional, sob a orientação da Prof<sup>ª</sup>. Ms Andréa Tonini, da Universidade Federal de Santa Maria/RS.

Após a conclusão do Estudo a especializanda encaminhará uma cópia a Instituição de Ensino, preservando sempre a identidade das pessoas envolvidas.

Constantina, 16 de março de 2009.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO EDUCACIONAL

**CONSENTIMENTO INFORMADO**

Eu, Neimar G. de Lucca, professor responsável pela disciplina de Filosofia, de 6ª a 8ª séries, autorizo a especializanda Noeli Rigo Sabadin, do Curso de Especialização a Distância em Gestão Educacional, matrícula 27EAD7101, realizar a pesquisa e entrevista para ser apresentada e analisada no trabalho monográfico.

O estudo ora solicitado é um Trabalho de Final de Curso obrigatório para a conclusão da Especialização em Gestão Educacional, sob a orientação da Profª. Ms Andréa Tonini, da Universidade Federal de Santa Maria/RS.

Após a conclusão do Estudo a especializanda encaminhará uma cópia a Instituição de Ensino, preservando sempre a identidade das pessoas envolvidas.

Constantina, 16 de março de 2009.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO EDUCACIONAL

**CONSENTIMENTO INFORMADO**

Eu, Neiva Kraus de Oliveira, professora responsável pela disciplina de Educação Física, das turmas de 2º ano, 3º ano e 4ª série, autorizo a especializanda Noeli Rigo Sabadin, do Curso de Especialização a Distância em Gestão Educacional, matrícula 27EAD7101, realizar a pesquisa e entrevista para ser apresentada e analisada no trabalho monográfico.

O estudo ora solicitado é um Trabalho de Final de Curso obrigatório para a conclusão da Especialização em Gestão Educacional, sob a orientação da Prof<sup>ª</sup>. Ms Andréa Tonini, da Universidade Federal de Santa Maria/RS.

Após a conclusão do Estudo a especializanda encaminhará uma cópia a Instituição de Ensino, preservando sempre a identidade das pessoas envolvidas.

Constantina, 16 de março de 2009.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO EDUCACIONAL

**CONSENTIMENTO INFORMADO**

Eu, Rosane P. Nath, professora responsável pela disciplina de Língua Portuguesa, de 5ª a 8ª séries, autorizo a especializanda Noeli Rigo Sabadin, do Curso de Especialização a Distância em Gestão Educacional, matrícula 27EAD7101, realizar a pesquisa e entrevista para ser apresentada e analisada no trabalho monográfico.

O estudo ora solicitado é um Trabalho de Final de Curso obrigatório para a conclusão da Especialização em Gestão Educacional, sob a orientação da Profª. Ms Andréa Tonini, da Universidade Federal de Santa Maria/RS.

Após a conclusão do Estudo a especializanda encaminhará uma cópia a Instituição de Ensino, preservando sempre a identidade das pessoas envolvidas.

Constantina, 16 de março de 2009.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO EDUCACIONAL

**CONSENTIMENTO INFORMADO**

Eu, Vanessa B. Bongiorno, professora responsável pela coordenação pedagógica, autorizo a especializanda Noeli Rigo Sabadin, do Curso de Especialização a Distância em Gestão Educacional, matrícula 27EAD7101, realizar a pesquisa e entrevista para ser apresentada e analisada no trabalho monográfico.

O estudo ora solicitado é um Trabalho de Final de Curso obrigatório para a conclusão da Especialização em Gestão Educacional, sob a orientação da Prof<sup>ª</sup>. Ms Andréa Tonini, da Universidade Federal de Santa Maria/RS.

Após a conclusão do Estudo a especializanda encaminhará uma cópia a Instituição de Ensino, preservando sempre a identidade das pessoas envolvidas.

Constantina, 16 de março de 2009.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO EDUCACIONAL

**CONSENTIMENTO INFORMADO**

Eu, Verania M. P. Frigeri, professora responsável pelo 2º ano A, autorizo a especializanda Noeli Rigo Sabadin, do Curso de Especialização a Distância em Gestão Educacional, matrícula 27EAD7101, realizar a pesquisa e entrevista para ser apresentada e analisada no trabalho monográfico.

O estudo ora solicitado é um Trabalho de Final de Curso obrigatório para a conclusão da Especialização em Gestão Educacional, sob a orientação da Profª. Ms Andréa Tonini, da Universidade Federal de Santa Maria/RS.

Após a conclusão do Estudo a especializanda encaminhará uma cópia a Instituição de Ensino, preservando sempre a identidade das pessoas envolvidas.

Constantina, 16 de março de 2009.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO EDUCACIONAL

**CONSENTIMENTO INFORMADO**

Eu, Alcione Lazzaretti, professor responsável pela disciplina de Geografia, das turmas de 5<sup>a</sup> a 8<sup>a</sup> séries, autorizo a especializanda Noeli Rigo Sabadin, do Curso de Especialização a Distância em Gestão Educacional, matrícula 27EAD7101, realizar a pesquisa e entrevista para ser apresentada e analisada no trabalho monográfico.

O estudo ora solicitado é um Trabalho de Final de Curso obrigatório para a conclusão da Especialização em Gestão Educacional, sob a orientação da Prof<sup>a</sup>. Ms Andréa Tonini, da Universidade Federal de Santa Maria/RS.

Após a conclusão do Estudo a especializanda encaminhará uma cópia a Instituição de Ensino, preservando sempre a identidade das pessoas envolvidas.

Constantina, 16 de março de 2009.